

BOMBA D'ÁGUA

Boletim do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de SC | Nº 9831 17/10/2017 | Filiado à Fenatema e a CTB

A MUNICIPALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUAS TÊM SIDO O CAMINHO DA PRIVATIZAÇÃO E DA CORRUPÇÃO EM SC

O Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de Santa Catarina (Sintaema – SC) vem a público manifestar profunda indignação à municipalização do Sistema de Águas de Morro da Fumaça.

O prefeito NOI CORAL (PP), a que tudo indica, tomou esta decisão de forma isolada, sem qualquer consulta à população e, tampouco, à Câmara de Vereadores da Cidade - e com um agravante, contratou empreiteira com dispensa de licitação.

Tudo leva a crer que o enredo deste filme é o mesmo que a população já assistiu em outras cidades catarinenses onde, num passado recente, os prefeitos (até então), tomaram a mesma decisão.

MUNICIPALIZAÇÃO VIROU CASO DE PÓLÍCIA

Muitos prefeitos que municipalizaram/privatizaram os sistemas de água foram parar nas páginas policiais e, alguns, atrás das grades, visto toda a corrupção envolvendo o processo de municipalização. Em cidades como IÇARA, GAROPABA, PALHOÇA, PORTO BELO, BARRA VELHA, IMBITUBA, LAGES, entre outras, a municipalização virou caso de polícia, inclusive com a prisão de prefeitos, vereadores e empresários.



CONTRATAÇÃO DE EMPREITEIRAS COM DISPENSA DE LICITAÇÃO

É tudo igual. Começa pela retomada do sistema de saneamento com a contratação de empreiteiras e com dispensa de licitação, ou seja, de cartas marcadas, alegando que trata-se de uma emergência. O mais incrível é que, às vezes, encontram anuência de alguns juízes - logo estes que devem ser os guardiões da lei.

Mas que urgência é esta se a CASAN opera o sistema de saneamento no município há mais de trinta anos e não abandonou o sistema? Pelo contrário, está sendo expulsa, para que estes, às vezes, possam levar adiante suas “maracutaias”.

É inacreditável que, em tempos onde se pretende combater a corrupção no Brasil, decisões nebulosas como esta ainda são tomadas por autoridades públicas.

BASTA DE SACANAGEM, O POVO PRECISA SER OUVIDO

Conclamamos as autoridades devidamente constituídas a evitar o pior - que a corrupção tome conta do saneamento básico do município de Morro da Fumaça - assim como aconteceu em várias outras cidades.

A população precisa ser ouvida e, neste sentido, reivindicamos que a mesma possa se manifestar através de debates, seminários e audiências públicas para, juntos, definir o futuro do saneamento básico na cidade.

MUITAS CIDADES QUE SAIRAM DO SISTEMA CASAN ESTÃO REGRESSANDO

Incrível também é a decisão do prefeito NOI CORAL, mesmo sabendo que muitos municípios que saíram do sistema CASAN no passado regressaram à CASAN - como Içara, Garopaba, Porto Belo, Barra Velha - além de outros que estão em processo de negociação para retornar - como Imbituba, Lages, Palhoça, Guaramirim, entre outros - pela absoluta incapacidade financeira de conseguir fazer saneamento básico, sobretudo, o esgotamento sanitário.

É público e notório que a CASAN vive o seu melhor momento no tocante a investimentos em esgotamento sanitário. Então qual o real motivo desta decisão do prefeito NOI CORAL?

Vide o município de Tubarão que saiu do Sistema CASAN há mais de uma década, entregou o sistema as empreiteiras e não implantou um único metro de esgotamento sanitário.

É ISSO QUE QUEREMOS PARA A POPULAÇÃO DE MORRO DA FUMAÇA? QUEREMOS ACREDITAR QUE NÃO. POR ISSO CONCLAMAMOS TODOS E TODAS PARA REVERTER ESTA DECISÃO, NO MÍNIMO EQUIVOCADA, DO PREFEITO NOI CORAL.

A MUNICIPALIZAÇÃO/PRIVATIZAÇÃO DO SANEAMENTO TEM DEIXADO UM RASTILHO DE CORRUPÇÃO EM NOSSO ESTADO.

ÁGUA É VIDA, PRIVATIZÁ-LA É CRIME!

REUNIÃO DEBATE MUNICIPALIZAÇÃO



Foto: Câmara de Vereadores de Morro da Fumaça

O presidente do Sintaema, José Mafra, juntamente com os dirigentes Genilson Gomes e Meark Batista, participaram de reunião, realizada no dia 11/10, com representantes da Casan e vereadores do município de Morro da Fumaça, para debater o ato do prefeito de rompimento de contrato com a Casan e contratação de empresa - sem licitação e em caráter de urgência - para operar serviços no município.

Segundo o presidente do Sintaema, José Mafra, o melhor caminho para esse impasse é construir um diálogo franco e aberto entre todas as partes, isso também inclui o Poder Judiciário (ora advogado). “O diálogo pode ser o caminho para o entendimento ou, em última análise, para convocação de uma audiência pública, em que a parte mais interessada (no caso a população) poderá ser ouvida e também opinar”.

A municipalização, realizada sem consulta à população e ao legislativo municipal, custará aos cofres do município de Morro da Fumaça cerca de R\$ 1.400.000, em seis meses de contrato, sendo que não há estimativa de arrecadação para este período.

* Na tarde desta terça-feira, 17, enquanto concluíamos a diagramação deste informativo, recebemos a informação de que o Tribunal de Justiça concedeu liminar acatando agravo de instrumento protocolado pela Casan, permitindo que a Empresa fique nas instalações em Morro da Fumaça até novo julgamento. Confira mais informações no site do Sintaema: www.sintaema.org.br